

O CONTROLE DO CORPO FEMININO NA CONTEMPORANEIDADE

THE CONTROL OF THE FEMALE BODY IN CONTEMPORARY TIMES

Letícia de Souza Nascimento Centro Universitário Geraldo di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil
e-mail leticianascvr@outlook.com

Lorraine Cristhine da Silva Santos Centro Universitário Geraldo di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil
e-mail lorrainesantosbetel98@gmail.com

Camila Miranda de Amorim Resende Centro Universitário Geraldo di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil
e-mail camila.mdamorim@gmail.com

Resumo O presente trabalho teve como objetivo investigar como ocorre o controle/regulação do corpo feminino na contemporaneidade. Para tal, inicialmente abordou como se deu historicamente esse controle; e, em sequência, buscou analisar como as mídias sociais podem ser potencializadoras desse controle na atualidade. Como método, foi utilizado a revisão bibliográfica de livros e artigos a respeito da temática. O corpo feminino carrega marcas deixadas especialmente pelo controle e/ou regulação que vem sofrendo historicamente, tendo os discursos religiosos e científicos como importantes reforçadores dessa lógica ao longo da história. As mídias sociais aparecem, na contemporaneidade, no controle e/ou regulação do corpo feminino, levando mulheres a terem que continuar atendendo a padrões de comportamentos e se justificando a respeito de decisões relacionadas ao seu corpo. Ao final, concluiu-se que, mesmo com as conquistas feministas atuais no campo legislativo e na luta social, a regulação dos comportamentos, aparência e lugares de pertencimento do corpo feminino ainda prevalece por uma ótica muito mais difusa de controle.

Palavras-chave Corpo feminino. Mídias Sociais. Controle. Regulação.

Abstract This project to investigate how the control/regulation of the female body occurs in contemporary times. To this end, it initially addressed how this control historically took place; and, in sequence, sought to analyze how social media can enhance this control today. As a method, a bibliographic review of books and articles on the subject was used. The female body bears marks left especially by the control and/or regulation that it has suffered historically, with religious and scientific discourses as important strengtheners of this logic throughout history. Social media appear, in contemporary times, in the control and/or regulation of the female body, leading women to have to continue meeting behavioral standards and justifying themselves regarding decisions related to their bodies. In the end, it was concluded that, even with the current feminist achievements in the legislative field and in the social struggle, the regulation of behaviors, appearance and places of belonging of the female body still prevails from a much more diffuse perspective of control.

Keywords Feminine body. Social media. Control. Regulation.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aprovado em 30/11/2023
Publicado em 31/12/2023

1 INTRODUÇÃO

O corpo feminino carrega marcas deixadas especialmente pelo controle e/ou regulação que vem sofrendo historicamente. Foi através dos saberes trazidos por Platão, Hipócrates e Aristóteles que o corpo feminino foi inicialmente sendo construído, pautado sempre na diferenciação entre o homem e a mulher, onde o primeiro era sempre considerado mais forte, mais inteligente e completo por possuir o falo e o segundo reduzido somente ao lugar de procriação e de submissão ao outro, principalmente aos homens (COLLING, 2015).

Durante a Idade Média esses saberes irão se misturar aos saberes religiosos e às regras ditas para esses corpos passam a ser feitas por ambos. A Igreja, com seu papel moral e valores conservadores, impôs às mulheres como se vestir, como se comportar e as ensinou a não ceder aos pecados da carne através das confissões, que tinham como principal objetivo fazer a manutenção desse controle. O discurso científico, por sua vez, seguiu com estudos que trouxeram uma inferiorização para o corpo feminino com contribuições que anulavam os desejos e prazeres sexuais, reafirmando o seu papel exclusivo para reprodução e satisfação dos desejos masculinos.

Por meio de muitas lutas ao longo dos anos, o corpo feminino conquistou direitos e um lugar de voz. Porém, controle, submissão e violências continuam ocorrendo, o que demanda uma continuidade de lutas diárias. Partimos da hipótese de que, apesar dos avanços e conquistas, o controle e/ou regulação sob o corpo feminino ainda persiste atualmente, sendo potencializado e influenciado pelas mídias sociais gerando efeitos importantes na população feminina. Diante disso, o trabalho pretendeu compreender como ocorre atualmente o controle e/ou regulação do corpo feminino na contemporaneidade e, para tal, buscou estudar historicamente a normatização do corpo feminino; e analisar como as mídias sociais podem ser potencializadoras do controle/regulação do corpo feminino. A revisão bibliográfica foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas, como está, desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográfica (GIL, 2008).

2 A CONSTRUÇÃO DO CONTROLE SOBRE O CORPO FEMININO

O corpo feminino sempre foi atravessado historicamente por diversas regulações, imposições, desigualdades e desvalorizações. De acordo Rodrigues (1983), podemos entender o corpo como uma relevante ferramenta de comunicação, com expressiva dimensão política. Segundo Foucault (1990), o corpo é a forma mais fácil de controlar as pessoas, tendo em vista que é um importante instrumento para o desenvolvimento das relações de poder.

Rodrigues (1983) argumenta que a sociedade funciona a partir de uma atividade simbólica, por

meio do que foi dito e do significado que se dá para essas experiências. Com isso, segundo o autor, foi sendo introjetado culturalmente e projetado nas sociedades ideais de comportamentos, de moralidade e de capacidade intelectual relacionados ao feminino. Ou seja, a construção social e cultural dita regras e normas do que se esperar do corpo feminino, um corpo historicamente considerado fraco e com necessidade de proteção.

Essas ideias foram sendo cristalizadas e repassadas culturalmente e socialmente, de modo que o corpo feminino esteve à mercê da vida social a partir daquilo que era estabelecido e considerado aceitável. Para Rodrigues (1983, p.46), "ao corpo se aplicam, portanto, crenças e sentimentos que estão na base da nossa vida social e que, ao mesmo tempo, não são subordinados diretamente ao corpo." Dessa maneira foi sendo feita uma apropriação do corpo feminino através das regras e saberes que delimitaram como as mulheres deveriam se apresentar, os lugares que deveriam frequentar, além de resumir sua função somente à reprodução e afazeres domésticos (COSTA,1996). Desde então, a expressividade do seu corpo foi capturada, sofrendo influência especial do discurso religioso e do discurso científico.

Tratando do discurso religioso, a sexualidade foi a principal via de captura do corpo. A intenção do ato sexual, mesmo dentro do casamento, deveria, para a Igreja, se limitar à procriação e não se voltar somente à satisfação sexual, pois dentro desses parâmetros seria considerado pecado. Além disso, o ato sexual era tratado como obrigação entre os conjugues, onde eles poderiam se abster de exigí-lo, mas não poderiam se negar quando solicitados um pelo outro. Segundo Lima (1996, p. 38), "constituiu-se uma moralidade em permanente conflito entre a recusa ao prazer sexual, marca indubitável do cristianismo, e a permissão da cópula matrimonial."

Esse discurso religioso contribuiu para diferenciação e valorização da figura masculina em detrimento da feminina, pois o homem foi colocado pela Igreja como o provedor e detentor do poder dentro do casamento e a mulher com o papel de honrar o marido e sua família, sendo submissa a ele. A partir da hierarquização da Igreja em relação às funções do masculino e do feminino, se acreditava que o homem era apto à vida pública e a mulher estaria apta somente a cuidar da família e do lar (COSTA, 1996). De acordo com Bozon:

Imaginar um mundo em que as mulheres cavalgassem os homens seria tão absurdo quanto imaginar um mundo social em que as mulheres governassem. A boa ordem é aquela que põe, social e sexualmente, as mulheres em seu verdadeiro lugar. (BOZON, 2004, p. 20)

Dentro dessa perspectiva religiosa, o corpo feminino foi sendo entendido e determinado como procriador e submisso, enquanto o masculino foi enaltecido e colocado no lugar de poder social. A partir de seus mandamentos, escritos, manuais de confissões, a Igreja realizou historicamente esse controle dos corpos e a captura de suas sexualidades com discursos que colocam as manifestações do corpo como pecado, fazendo com que nada fosse além dos parâmetros considerados aceitáveis por ela.

No que diz respeito ao discurso científico, por sua vez, é importante destacar que, durante o século XVIII, a construção do corpo feminino era pautada no masculino e no neoplatonismo, a partir da referência aos fósseis de peixes, sendo pensado dentro da lógica de grande e pequeno, como também na hierarquização por níveis onde um objeto existe em detrimento do outro (COSTA, 1996, p. 69). Sendo assim, a mulher era entendida como um homem invertido e veiculava-se a ideia de que os órgãos de ambos funcionavam da mesma maneira, além de considerar que somente o sexo masculino era bem-sucedido. Citando Laqueur, Costa (1996, p. 69) destaca: "O útero era o escroto feminino, os ovários eram os testículos, a vulva um prepúcio e a vagina era um pênis."

Esses pensamentos apontavam para uma inferiorização do corpo feminino, onde a mulher era vista como um sexo malsucedido já que a realização máxima aparecia somente no corpo masculino. Se pautando na versão aristotélico-golênica da ciência foi estabelecido que o homem e a mulher tinham os mesmos órgãos, dessa maneira os genitais femininos eram concebidos como estando no interior e não fora do corpo, como o masculino. Toda explicação sobre o corpo feminino era, portanto, pautada no masculino, o que não foi diferente com a descoberta do clitóris que foi colocado como um pênis interno e externo da fêmea tendo ereções, prazer e ejaculação como o masculino (LAQUEUR, 1989, p. 105 apud COSTA, 1996, p. 70). Assim também foi feito com o orgasmo que era entendido da mesma maneira que a ejaculação masculina; além disso se acreditava que a ovulação só ocorria durante o orgasmo, funcionando como uma suposta condição para emissão do esperma feminino (COSTA, 1996).

Alguns estudiosos reconheciam diferenças entre os dois corpos, como Galeno, também citado por Costa:

A mulher nada mais era do que uma variação da forma do macho apta a se reproduzir: na mulher a forma beneficiava a função. A natureza em sua sabedoria tinha feito mulheres mais calmas, deixando seus órgãos permanecerem dentro e provendo um lugar seguro, guardado para a concepção e gestação. (GALENO apud COSTA, 1996, p.71)

De acordo com Costa (1996), Laqueur (1991) diz que foram feitas descobertas relacionadas à ovulação das cadelas, que ocorriam fora do cruzo, e com isso os médicos tiveram de admitir que a ovulação da mulher também ocorria fora da relação sexual. Porém, destaca o autor, qualquer tentativa de uma nova compreensão era derrubada pela crença da mulher como um homem invertido. Costa compreende que:

Antes da 'questão feminina' emergir como um problema de dimensão político-econômica importante, as descobertas científicas baseadas na anatomia e na fisiologia eram incapazes de renovar o olhar dos estudiosos sobre a sexualidade humana. (COSTA, 1996, p. 71)

Deste modo, as diferenças entre o corpo masculino e o feminino só passaram a ser consideradas a partir do momento que se tornou interessante para a política e o social.

O interesse voltado para as diferenças entre os corpos masculino e feminino começam a surgir atrelados às questões políticas entre o final do século XVIII e início do século XIX, enaltecendo o corpo masculino e o colocando como parâmetro para o feminino. A preocupação que se tinha na época era em fazer a diferenciação entre o corpo masculino e o feminino, trazendo a ideia de que a mulher era inferior fisicamente, intelectualmente e que estaria destinada à maternidade por natureza, o que contribuiria para manter as mulheres fora de cargos políticos ou de qualquer tarefa que exercesse algum tipo de poder. Dessa maneira, delimitava que elas estariam mais apropriadas para os afazeres domésticos. De acordo com Costa (1996, p. 78): "No fim do século XIX a crença na inferioridade física da mulher para a execução de certas tarefas socioeconômicas estava estabelecida."

A partir de então, se estabeleceu a ideia de que a mulher seria um ser frágil que necessitava de proteção, fazendo com que ao homem coubesse o lugar de "protetor". Através disso também surge a lógica entre o público e privado, onde se reafirma a responsabilidade da mulher somente para com os filhos e o lar, enquanto a vida pública pertencia aos homens. Sendo assim, a mulher durante toda sua vida foi sendo reconhecida pelo seu sexo, pela função do seu útero. Segundo Costa (1996, p. 73): "Tudo, é 'tudo' sobre a biologia reprodutiva: gravidez, amamentação, nutrição e assim por diante."

Aprisionar o corpo feminino dentro de sua função reprodutiva foi uma estratégia que beneficiou tanto a burguesia, quanto à vida política, pois fechou cada vez mais a figura feminina no contexto privado e no lugar de procriação, de cuidado com os filhos e com a casa. Além disso, privou as mulheres de uma vida de cidadania ou de qualquer participação política ou social, o que também interessou e beneficiou a sociedade da época pois, com isso, foi possível fortalecer o controle dos corpos femininos, a partir das imposições relacionadas ao lugar que essas mulheres deveriam e poderiam ocupar, sendo sempre o lugar que traduzisse a sua função reprodutiva, ou seja, o cuidado com os filhos e com a casa (COSTA, 1996).

Se torna, assim, difícil encontrar um espaço em que o corpo feminino não seja tutelado por alguma instituição de poder, seja ela a Igreja, o discurso científico ou até mesmo seu próprio parceiro. Com base nestes discursos, foi se construindo a imagem da mulher aos olhos do Estado, da Igreja e de seus "donos": um corpo docilizado. Para Foucault (2000, p. 117-118): "É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado".

2.1. CORPO FEMININO E SUAS CONQUISTAS

Além dos estigmas carregados historicamente, o corpo feminino traz também avanços e conquistas que foram garantidos, em especial, através dos movimentos feministas. Esses movimentos, presentes desde da década de 70, ganharam mais força no Brasil a partir da Constituição de 1988 que deu início à redemocratização de nosso país, rompendo com o regime militar autoritário e institucionalizando importantes direitos humanos (PIOVESAN, 2011).

Essa mudança de cenário e aumento da preocupação com as desigualdades e dignidade humana, deram força aos movimentos feministas voltados a combater a discriminação contra as mulheres e a hierarquização entre os homens e mulheres. Devido a esses movimentos de mudança, a luta das mulheres ganhou destaque e teve grande contribuição para a garantia de direitos do corpo feminino. Segundo Piovesan ao citar Barsted:

O movimento feminista brasileiro foi um ator fundamental nesse processo de mudança legislativa e social, denunciando desigualdades, propondo políticas públicas, atuando junto ao Poder Legislativo e, também, na interpretação da lei. Desde meados da década de 70, o movimento feminista brasileiro tem lutado em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, dos ideais de Direitos Humanos, defendendo a eliminação de todas as formas de discriminação, tanto nas leis como nas práticas sociais. De fato, a ação organizada do movimento de mulheres, no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, ensejou a conquista de inúmeros novos direitos e obrigações correlatas do Estado, tais como o reconhecimento da igualdade na família, o repúdio à violência doméstica, a igualdade entre filhos, o reconhecimento de direitos reprodutivos, etc. (BARSTED apud PIOVESAN, 2011, p. 61)

O corpo feminino, deste modo, foi conquistando cada vez mais espaço e ressignificando seu papel diante da sociedade. Dessa maneira, a mulher se retira, aos poucos, do lugar privado, pacífico e passa a atuar de forma ativa em todas as áreas possíveis. As mulheres ganham lugar de voz e deixam de ser responsáveis somente pelas tarefas domésticas, pelos cuidados dos filhos e de obediência aos maridos, para serem protagonistas, conquistando o direito ao voto, a trabalhar fora e tomar decisões sobre seu próprio corpo.

De acordo com Piovesan (2011), por meio desses movimentos, o corpo feminino obteve diversos direitos constitucionais e sociais, como:

O direito à igualdade formal (como pretendia o movimento feminista liberal), a liberdade sexual e reprodutiva (como pleiteava o movimento feminista libertário radical), o fomento da igualdade econômica (bandeira do movimento feminista socialista), a redefinição de papéis sociais (lema do movimento feminista existencialista) e o direito à diversidade sob as perspectivas de raça, etnia, dentre outras (como pretende o movimento feminista crítico e multicultural) foram, cada qual ao seu modo, incorporadas pelos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. (PIOVESAN, 2011, p. 63)

Nesse sentido, no contemporâneo, o corpo feminino é visto como emancipado e com direitos legais estabelecidos constitucionalmente, conquistado por meio de muitas lutas. Porém todos esses avanços não foram suficientes para romper com essa lógica de controle e/ou regulação, pois, de acordo Piovesan:

Não obstante os significativos avanços obtidos na esfera constitucional e internacional, reforçados, por vezes, mediante legislação infraconstitucional esparsa que refletem as reivindicações e anseios contemporâneos das mulheres, ainda persiste na cultura brasileira uma ótica sexista e discriminatória com relação às mulheres, o que as impedem de exercer, com plena autonomia e dignidade, seus direitos mais fundamentais (PIOVESAN, 2011, p. 85).

Porém os próprios movimentos feministas contribuem para o controle desses corpos, já que se trata de um feminismo que não engloba todos os corpos femininos. Pois se trata de um feminismo branco e liberal que acaba por segrega-los. De acordo com Vergès:

Esta vertente reforça o processo de exploração-dominação-opressão das mulheres colonizadas quando constrói uma perspectiva política travestida de um projeto de emancipação feminina, criado à luz de uma concepção pouco inclusiva de emancipação das mulheres. (VERGÈS, 2019, p. 1)

Em suma, mesmo diante de tantas conquistas e avanços, o corpo feminino ainda enfrenta dificuldades para ocupar todos os espaços desejados e para exercer sua plena liberdade, encontrando-se preso a padrões e costumes estabelecidos socialmente.

2.2. MÍDIAS SOCIAIS E CONTROLE DO CORPO FEMININO

Nas últimas décadas vivenciamos os avanços cibernéticos e o grande crescimento dos meios de comunicação, dando destaque para as mídias sociais – sites na internet que possibilitam a participação, a interação e o compartilhamento em múltiplos formatos (TELLES, 2010) - que, segundo Silveira (2004), acabaram por tomar e exercer o lugar de regulação e controle social. Instituído um sistema de sustentação constante em produzir capital através do feminino, conforme diz Goldenberg (2007), as mídias sociais colocam o corpo feminino no lugar de alvo de investimentos de tempo e de dinheiro. A partir disso se instaura uma lógica de exercer capital através desse corpo que é constantemente modificado para atingir a um padrão estético, o que também diz muito sobre a comunicação de uma autoestima que pode ser comprada.

O corpo da publicidade materializado e difundido em diversas linguagens expressa os significados de uma cultura, pois as representações criadas para o corpo descrevem os sujeitos que compõem a sociedade como são ou gostariam de ser. (HOFF, 2005, p. 7)

Do mesmo modo que as lutas femininas foram se aprimorando e ganhando espaço, o poder, o controle e a produção de corpos dóceis também se aprimoraram e, ao contrário de perderem espaço no meio social, foram incorporados aos meios de comunicações, como as mídias sociais. Silveira (2004) ao citar Silverstone (2002), aponta que:

O ponto de partida da análise de Silverstone (2002) é que a mídia é onipresente e diária na sociedade moderna. Nós dependemos da mídia não apenas para lazer, entretenimento e informações, mas também para obtermos uma sensação de conforto e segurança capazes de criar um sentido na nossa existência cotidiana. (SILVERSTONE, 2002, apud SILVEIRA, 2004, p. 47)

As mídias exercem influência sobre os corpos através de novelas, filmes, propagandas, notícias e, dessa maneira, vem assumindo historicamente o controle dos comportamentos, do consumo e até do modo como pensamos e enxergamos o mundo (FISCHER, 2001). Os programas de

entretenimento passaram a ser mais uma forma de circulação de discursos sobre o corpo feminino. Por mais que nestes programas o corpo feminino ocupe um lugar de protagonista, é possível observar que ainda existe um foco na fragilidade, na inferioridade e nas restrições a determinados espaços, o que não é muito diferente de quando o corpo feminino era visto a partir do olhar de inferioridade (FISCHER, 2001). Fischer (2001) destaca o protagonismo do corpo feminino nos meios de comunicação partindo dessa lógica de inferioridade e da exposição de suas intimidades, reforçando o lugar de um sujeito que precisa ser cuidado e educado através de normas e procedimentos.

Com o advento das mídias sociais, a influência dos meios de comunicação vem adquirindo proporções maiores, principalmente devido ao grande avanço da internet e do fato de termos ela na palma das mãos, o que facilita ainda mais o controle e/ou regulação de comportamentos através do compartilhamento de diversos tipos de informações. Segundo Silveira:

A internet é um meio de comunicação de massa interativa, diferente das mídias convencionais, mas com alcance e penetração semelhante e potencialmente mais abrangente entre os jovens, envolvendo direta ou indiretamente atividades e organizações em todos os níveis da sociedade. (SILVEIRA, 2004, p. 49).

Podemos considerar que estamos, com a internet, diante de um novo modo de controle que pode estar em todos os lugares. De acordo com o Deleuze (1992), diferente da sociedade disciplinar, a sociedade de controle não necessita de um espaço físico para exercer sua função, pois nela esse poder é abstrato e rompe com barreiras físicas. Como destaca Deleuze (1992, p. 223): “(...) as sociedades de controle operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e, o ativo, a pirataria e a introdução de vírus.” Dessa maneira o controle é dissolvido na sociedade e nos coloca em uma prisão a céu aberto, de modo que as ferramentas utilizadas, como Instagram e Facebook, acompanham esse modelo. Vale salientar, ainda a partir de Deleuze (1992), que a lógica de controle é contínua, nela não há finalizações, tudo é inacabado. É através dessa lógica de controle, de modulação, que as mídias sociais operam e estão sempre convidando os indivíduos a ter ou dá uma opinião sobre tudo.

Neste sentido, podemos considerar que as mídias sociais cumprem o papel de manter o controle contínuo do corpo, em especial, do corpo feminino através de demandas de consumo, comportamento, vestimentas e até mesmo de escolhas relacionadas ao próprio corpo e à reprodução. Dessa maneira, se mantém e se reforça a ideia de que o corpo feminino tem funções específicas e se garante que ele sempre tenha de responder de um lugar estabelecido socialmente, voltando assim para uma lógica conservadora, onde esse corpo precisa ser mais reservado, contido e ocupar lugares privados. Mantém, portanto, o corpo feminino na lógica de controle e/ou regulação, pois não se trata de fazer valer seu lugar e direitos na sociedade, mas sim de desvalida-los e produzir formas que os impeça de serem exercidos, entregando uma falsa liberdade, pois desse modo prevalece as imposições estabelecidas pela cultura e sociedade. As mídias conseguem, assim, exercer sua influência sobre os desejos e vontades desse corpo, assumindo, deste modo, o lugar de quem dita o

ideal de feminilidade contemporânea. Deste modo, um corpo que foge dos padrões ou das escolhas consideradas corretas pela massa social é facilmente julgado e exposto.

À medida que o ideal de beleza e sexualização é implantado e alimentado por redes sociais, os corpos de mulheres que não se veem aí retratadas se tornam importante locais de comercialização, pois com isso elas buscam atender a esse ideal passando, por exemplo, por procedimentos estéticos extremamente invasivos que podem vir a acarretar problemas de saúde física e psicológicos.

Com isso é como se todos que fogem do padrão ou desse controle estivessem à espera de ser ou ter seus corpos expostos, o que funciona como uma espécie de manutenção do controle social. A regulação que anteriormente era feita dentro de uma perspectiva disciplinar, pela Igreja e pelo discurso científico, tinha uma duração mais longa. Hoje, diferentemente, vivenciamos um controle de rápida rotação, mas presente a todo momento. Estamos atravessados o tempo todo pelas mídias sociais com propagandas, notícias, novos procedimentos estéticos e novas maneiras de influenciar o corpo feminino em suas escolhas e vivências de maneira que ele sempre esteja dentro dos padrões e que o controle se mantenha contínuo e ilimitado.

Desse modo, as mídias sociais impactam no corpo feminino destacando, por exemplo, o corpo que é esteticamente considerado o do momento, qual lugar pode ocupar, qual comportamento, qual tipo de vestimentas se espera de uma mulher casada ou solteira, deixando de lado os desejos desse próprio corpo e o colocando em uma posição de responder a padrões que uma sociedade determina. Podemos, assim, considerar esse controle ou poder como difuso, sem dono e sem fronteiras, mas sempre presente. Em conformidade a esse pensamento Brittos e Gastaldo dizem:

Ao mesmo tempo, para esta sociedade de controle efetivar-se, as mídias exercem um papel fundamental, na medida em que contribuem com tecnologias de observação e ainda propõem padrões de comportamento, mecanismos indispensáveis à introjeção das ideias que conduzem a uma autocensura.(BRITTOS, GASTALDO, 2006 p. 123)

Para exemplificar o que já foi dito podemos trazer do caso da atriz Klara Castanho que teve uma decisão íntima divulgada na mídia contra sua vontade. A partir de publicações feitas por determinado “jornalista” sobre uma atriz que teria entregado o filho para adoção, várias hipóteses foram criadas na internet sobre o assunto, o que gerou uma enxurrada de comentários sobre qual atitude deveria ter sido tomada. Ela foi julgada e encarada como se não tivesse o direito de decidir algo sobre o próprio corpo e tivesse somente de atender aos anseios sociais, ao “instinto materno” que a sociedade espera que toda mulher tenha, independentemente da situação. Toda repercussão fez com que a atriz viesse a público expor que foi violentada sexualmente e que, a partir da repercussão do caso, foi forçadamente exposta por conta do grande poder de circulação das mídias (PORTAL G1, 2023).

Outro exemplo são os debates sobre a escolha ou não da maternidade que atualmente repercutem bastante nas mídias, apesar de termos avanços sobre o assunto, como com a nova lei

relacionada à laqueadura que dá à mulher o direito de decidir por si só, sem precisar do consentimento do parceiro, sobre a sua reprodução. Ainda assim encontramos críticas em relação à escolha das mulheres que optam por este procedimento, principalmente as que ainda não possuem filhos e não tem esse desejo, como aconteceu com a estudante Clara Maul, de 25 anos, que desde dos 19 anos já afirmava que não queria ter filhos e, ao procurar uma ginecologista, foi repreendida pela profissional que disse que qualquer um que fizesse esse procedimento nela seria um irresponsável por conta de sua idade. Mesmo Clara dizendo que não mudaria de ideia sobre o desejo de ser mãe e que, se caso isso acontecesse, ela poderia adotar e assim constituir uma família, a médica se recusou o que fez com que Clara desistisse e somente após completar 25 anos voltasse a dar entrada novamente com o processo para realizar a laqueadura (ALVES, 2023). Isso nos mostra o quanto o corpo feminino é julgado em suas escolhas, pois socialmente ainda se compreende que toda mulher nasceu para ser mãe. Mesmo as mulheres que optam pela maternidade, se resolvem expor as dificuldades de sua vivência, são também julgadas e interpretadas como se estivessem negando ou negligenciando seu “instinto” materno (FERREIRA, BONTEMPO, 2022).

Não há dúvida como as mídias sociais funcionam em prol do controle contínuo e ilimitado e o quanto os discursos produzidos através dela são extremamente conservadores e influenciam no social ditando regras sobre o corpo, com destaque para o feminino. Nesse sentido, não é sobre ter mulheres livres e donas de si, mas sim sobre produzir e reproduzir nesse corpo lógicas reguladoras, conservadoras, de modo que a sociedade, os jornalistas, a grande massa da internet, fazem uma captura do corpo feminino análoga ao que era feito pela Igreja e pelo discurso científico. Devido a isso podemos dizer que essa função de controle está centrada na mídia principalmente através da internet, ou seja, qualquer decisão que não atenda ao “regulamentado”, ou a “valores sociais e culturais” dessa massa que ocupa as mídias sociais leva a mulher ao “lixamento virtual”, semelhante ao que acontecera no passado (FISCHER, 2001).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos nesse artigo destacar a grande influência das mídias sociais no controle e/ou regulação do corpo feminino, mostrando o quanto as mídias o tornam exposto e refém dessa lógica, levando mulheres a terem que continuar atendendo a padrões de comportamentos, respondendo ao público sobre decisões relacionadas ao seu corpo.

Podemos, assim, compreender que o corpo feminino continua sendo controlado e tutelado, porém de um modo mais difuso e, dessa maneira, continua cumprindo regras e costumes que são impostos através das mídias sociais e da sociedade. Com isso, todos os corpos que não se enquadram e não se veem dentro desse ideal de feminilidade, acabam por tentar a todo custo alcançar esse ideal, que, na verdade, se trata de um ideal inalcançável, pois as mídias sociais cumprem esse papel do controle contínuo com constante renovação que exige cada vez mais desses corpos.

Todas estas imposições sobre o corpo feminino que surgem nas mídias sociais poderiam ser evitadas se a sociedade fosse educada para compreender esse corpo para além dessa lógica da fragilidade, da reprodução e de um corpo que precisa ser tutelado e vigiado em suas escolhas. Apenas assim se poderia exercer de fato seus direitos e desejos em plena liberdade. Compreendemos, porém, que a maneira como a sociedade e, conseqüentemente, as mídias sociais enxergam e se comportam diante do corpo feminino tem relação com toda a cultura, a moral e os costumes que foram sendo construídos socialmente e repassados de geração a geração (RODRIGUES, 1983). Dessa maneira, as concepções atuais sobre o corpo feminino se atrelaram a esse novo modo de controle, que vão muito além de um ideal de feminilidade, de demandas de consumo, mas sim de um controle, de uma tutela deste corpo, de modo que mesmo diante de todos os avanços, ele ainda continua sendo visto nesse lugar de fragilidade, reprodução e de um corpo que precisa ser cuidado, fazendo com que exista essa falsa liberdade de ser e escolher.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana. **Lei que dispensa aval do cônjuge para realização de laqueadura e vasectomia entra em vigor**. DF: Portal G1, 02 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/03/02/lei-que-dispensa-aval-do-conjuge-para-realizacao-de-laqueadura-e-vasectomia-entra-em-vigor.ghtml>. Acesso em: 3 de maio de 2023.
- BOZON, Michel. **Parte I: transformações da sexualidade e emergência da subjetividade moderna**. In: BOZON, Michel. Sociologia da sexualidade. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BRITTOS, Valério Cruz; GASTALDO, Érico. Mídia, poder e controle social. **Alceu (PUCRJ)**, v. 7, p. 121-133, 2006.
- COLLING, Ana. **A construção histórica do corpo feminino**. Minas Gerais: UFGD, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/34170/18208>. Acesso em: 10 de abril de 2023.
- COSTA, Augusto Flamaryon Cecchin Bozz. Corpo e Discurso: a noção de biopoder em Michel Foucault. **Panorâmica (UFMT Pontal do Araguaia)**, v. 12, p. 78-88, 2011.
- DELEUZE, Gilles. **Pos-scriptum sobre as sociedades de controle**. In: DELEUZE, Gilles. Conversações. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.
- FERREIRA, Pollyana; BONTEMPO, Thalynne. **A influência das mídias sociais na subjetividade feminina**. Universidade de Uberaba, 2022. Disponível em: <https://dspace.uniube.br/bitstream/123456789/2089/1/POLLYANA%20EUGENIA%20FERREIRA%20E%20THALYNNE%20DE%20ALMEIDA.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2023.
- FISCHER, Rosa. **Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV**. RS: UFRGS, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/4tZBgz3WNxbf5dX4qdyKQJJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 de junho de 2023.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KRAVCZUK, Ana Paula; RODRIGUES. **BIOPOLÍTICA E A DOMESTICAÇÃO DOS CORPOS A PARTIR DE FOUCAULT. Bio, UNIJUI.** Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://publicacoesventos.unijui.edu.br/index.php/conabipodihu/article/view/9319>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

LIMA, Lana; COSTA, Jurandi. **Parte I História: confissão e sexualidade.** In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina (Orgs.). *Sexualidades Brasileiras.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

MEDEIROS, Gilmara Joane Macedo de. **“Por um feminismo decolonial: a leitura antipatriarcal, anticapitalista, antirracista de Françoise Vergès”.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 29, n. 2, e74626, 2021.

ONU MULHERES; CEPIA – **Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2023.

PORTAL G1. **Klara Castanho no 'Altas Horas': 'Fui forçada a trazer a público a coisa mais difícil da minha vida'.** 04 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2023/03/04/klara-castanho-fui-forcada-a-trazer-a-publico-a-coisa-mais-dificil-da-minha-vida.ghtml>. Acesso em: 7 de abril de 2023.

RODRIGUES, José Carlos. **Corpo ou Corpos.** In: RODRIGUES, José Carlos. *Tabu do Corpo.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1983.

SENA, Rômulo Mágnus de Castro et al. **A construção social do corpo: como a perseguição do ideal de belo influenciou as concepções de saúde na sociedade brasileira contemporânea.** *Mudanças - Psicologia da Saúde*, v. 27, p. 53, 2019.

SILVEIRA, Marcelo. **Efeitos da globalização e da sociedade em rede via Internet na formação de identidades contemporâneas.** *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 4, p. 42-51, 2004.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/TwtP4fS3hfWVmx9HptM7pLn/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

TELLES, André. **A revolução das mídias sociais: cases, conceitos, dicas e ferramentas.** São Paulo: M.books, 2010.

TONINI, Karla Andrea Dulce; SAUERBRONN, Janaina Floriano Rosa. **Mulheres Cariocas e seus Corpos: uma Investigação Acerca dos Valores de Consumo do Corpo Feminino.** *REMark. Revista Brasileira de Marketing*, v. 12, p. 77-101, 2013.